

09/17

**CONTRATO PARA REENGENHARIA, SIMPLIFICAÇÃO E DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS (IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE FLUXOS DE TRABALHO) – AQUISIÇÃO DE SOFTWARE**

No dia dois, do mês de maio, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICIPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Vice-Presidente da Câmara, **António Guilherme Forte Leres Pires** cartão de cidadão n.º 07670663 0ZY7, válido até 16/05/2018.

**SEGUNDO:**

**Centrality – Consultoria Informática, Lda.**, com sede na Praceta Bernardino de Almeida 3, Loja A, 2675-638 Odivelas, NIF e matrícula 507 729 617 neste ato legalmente representada por **Miguel Ricardo Tiago de Almeida**, portador do cartão de cidadão n.º 09735093 1 ZX6, válido até 28/12/2021 e **Rui Manuel Gonçalves dos Santos**, portador do cartão de cidadão n.º 8899528, válido até 27/06/2021 qualidade e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sitio da internet <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos (Implementação de um sistema de automação de fluxos de trabalho) – Aquisição de Software, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 17 de abril de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do

Presidente da Câmara de 04 de abril de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 2.ª**

**Prazo de Execução**

O fornecimento objeto do presente Contrato será executado no prazo de 7 meses, contados a partir da sua assinatura.

**Cláusula 3.ª**

**Preço contratual**

Pelo fornecimento previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de 48.263,00 € (Quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e três euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 4.ª**

**Pagamentos**

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. A faturação será mensal até à data da conclusão do serviço.

**Cláusula 5.ª**

**Caução**

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 6.ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 7.ª**

**Prevalência**

1 - Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

**Cláusula 8.ª**

**Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

**Cláusula 9.ª**

**Dotação Orçamental**

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/070108, Ação 17P022 conforme proposta de cabimento n.º 844, compromisso n.º 1041 e requisição externa de despesa n.º534.

**Cláusula 10.ª**

**Disposições Finais**

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 04 de abril de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Odivelas em 18 de abril de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 18 de abril de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

  
  
